



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRI
Montenegro Cidade das Artes



PARECER JURÍDICO

PPROJETO DE LEI Nº 054/2023

Trata-se de Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a encaminhar a correção dos limites territoriais com o Município de Triunfo.

Junto ao projeto de lei há a mensagem justificativa, que assim está expressa:

O presente projeto de Lei faz-se necessário pois existe grande insegurança de ambas prefeituras e principalmente da população atingida pela divisa.

A divisa delimitada pelo IBGE não se trata da mesma conhecida historicamente pelos moradores e acaba causando impacto no reconhecimento municipal e insegurança político-administrativa prejudicando o atendimento aos moradores das regiões atingidas.

Para que os municípios envolvidos possam atender seus munícipes com segurança e responsabilidade solicita-se o deferimento do presente projeto de Lei.

Dessa forma, a Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia (CIPF) é essencial à identificação da pessoa diagnosticada com a doença, de modo a facilitar, o acesso a serviços e atendimentos priorizados e combater o preconceito.

Relatei.

O projeto trata de assunto de interesse local (art. 30, inciso I, da Constituição Federal), razão pela qual está na esfera de competência legislativa do Município. Além disso, a Constituição Federal discorre quanto à competência de iniciativa privativa do chefe do executivo, em especial sobre serviços públicos na alínea "b", do inciso II, do §1º, do art. 61, que assim aduz:

"Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRI
Montenegro Cidade das Artes



Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: [...]

II - disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;”

Quanto à iniciativa, relevante é a observância das normas previstas na Constituição Estadual, visto que, em caso de eventual controle de constitucionalidade, o parâmetro para a análise da conformidade vertical se dá em relação ao disposto na Constituição Gaúcha, conforme preveem o artigo 125, § 2º, da CF/88 e o artigo 95, XII, alínea “d”, da CE/RS. Apenas excepcionalmente o parâmetro da constitucionalidade será a Constituição Federal, desde que se trate de normas constitucionais de reprodução obrigatória (STF, RE nº 650.898/RS).

O art. 8º, da Constituição Estadual prevê a seguinte obrigação legal aos municípios:

Art. 8.º O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por lei orgânica e pela legislação que adotar, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.

§ 1.º O território do Município poderá ser dividido em distritos e subdistritos, criados, organizados e extintos por lei municipal, observada a legislação estadual.

De salientar que o presente Projeto de Lei, exatamente como ora proposto, deve também sofrer o trâmite do Processo Legislativo de forma integral junto ao município de Triunfo, para que, então, se cumpra o previsto no art. 9º, da Constituição Estadual, com a promulgação de Lei Estadual.

Diante do exposto, o parecer vai ao sentido da constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



No que diz respeito ao mérito, a Procuradoria Jurídica não se pronunciará, pois caberá aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Montenegro/RS, 14 de abril de 2023.

Adriano Bergamo

Consultor Jurídico - OAB/RS 65.961